

ESCOLA E FAMÍLIA: JUNTAS NA DIVERSIDADE ESCOLAR

Francieli Kutzlieb *

Janes Terezinha Cerezer Köhnlein **

RESUMO

A Educação Inclusiva tem se tornado um desafio para os educadores, para as escolas e para os educandos que frequentam o ensino regular. Cada indivíduo é único e possui capacidades diferentes. Sendo assim, o artigo tem como tema escola e família: juntas na diversidade escolar, tendo como problema: quais as implicações históricas e legais da inclusão das pessoas com deficiência, considerando o papel da escola e da família? O tema justifica a importância deste estudo que está em saber como ocorre a inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais. É necessário que as escolas, as famílias estejam preparados para incluir a criança no processo de ensino aprendizagem. A inclusão é questionada entre os educadores por se tratar de uma nova perspectiva educativa, ou seja, a escola está vivenciando experiências de inclusão que favorecem a aprendizagem e a socialização das pessoas com deficiência, bem como experiências em que a inclusão não aconteceu de forma regular. Enquanto educadores nos cabe o compromisso de refletir as possibilidades de inclusão, as quais serão discutidas nesse artigo.

Palavras-chave: Escola. Inclusão. Família. Diversidade.

(* Graduada em Pedagogia. Especialização Educação Infantil e A nos Iniciais. **Mestre em Educação. Especialização em Psicopedagogia. Graduação em Pedagogia Orientação Educacional)

1 INTRODUÇÃO

A escola hoje vive em uma sociedade globalizada, mas quando observamos igualdade étnica, de gênero, a inclusão de pessoas com deficiência, o respeito as diferenças e minorias percebemos que a prática escolar é excludentes e discriminatória. Não percebendo a singularidade e a individualidade de cada ser humano, respeitando a diferença e a diversidade presente em cada grupo social e na sociedade, pois todos somos diferentes.

A inclusão escolar é uma realidade, que deve ser encarada de forma contextualizada no cotidiano na escola. A proposta de uma educação inclusiva é muito maior do que somente matricular o indivíduo na escola comum, implica em outra forma de organização escolar, desde o processo de gestão até a, transformação as suas práticas, suas relações interpessoais, sua formação, seus conceitos, pois a inclusão é um conceito que emerge da complexidade. Exige conhecimento e valorização de todas as diferenças que contribuiriam para um novo modo de organização do sistema educacional.

Hoje o trabalho que é desenvolvido nas escolas deve voltar-se para o atendimento das diferenças, tendo em vista o processo de mudança que vem ocorrendo em nossa sociedade. O diferente vem se tornando muito mais presente no nosso dia a dia, seja com um visual, aparência, gênero, deficiência, cultura, etnia entre outros. Portanto acredita-se que desde a Educação Infantil, os programas educacionais devem estar voltados à diversidade, para que a criança aprenda a respeitar e viver nesse contexto.

São vários fatores que interferem para o modelo de sociedade atual, desde os meios de comunicação até os valores familiares cultuados em cada espaço. A criança tem juntamente com a família a oportunidade de construir novas relações, concepções e possibilidades conceituais, gerando novas vivência preferencialmente voltadas ao acolhimento e a inclusão.

A escola ocupa importante papel nesse cenário, considerando que para muitas crianças o único espaço de interação que a criança tem é na própria escola, sendo que as famílias limitam o espaço de vivência social em virtude de sua

organização socioeconômica, social e mesmo cultural. A criança é privada do convívio comunitário, o qual restringe o contato com o “diferente” a não ser que essas relações se estabeleçam no espaço escolar.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E LEGAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:

Nas percepções das autoras Sampaio, C (2009, p.44) e Sampaio, S (2009, p.44) “A educação inclusiva, na medida em que promove um ensino respeitoso e com significado para cada criança, favorece o desenvolvimento da consciência de que todos são igualmente beneficiários de direitos e deveres”.

O homem é, portando, um ser plenamente biológico, mas, se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível. A cultura acumula em si o que é conservado, transmitido, aprendido, e comporta normas e princípios de aquisição. O homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura. (MORIN ,2004, p.52).

A história da educação especial conta que, na Grécia antiga, a perfeição do corpo era cultuada, por este motivo pessoas deficientes eram sacrificadas ou escondidas.

Na Roma antiga as crianças com deficiência eram abandonadas em cestos à margem de um rio.

Com o advento do cristianismo, teve uma mudança significativa na organização política-administrativa. Intensificou-se a crença no sobrenatural e as pessoas com deficiência foram reconhecidas como portadoras de alma, sendo também filhos de Deus.

Segundo Locatelli e Vagula (2009, p.2) “O sistema educacional brasileiro defende uma educação para todos por meio de uma escola heterogênea, pluralista e acolhedora, independentemente de suas diferenças”.

Ainda no início do século XIX, o termo deficiência relacionava-se diretamente a uma incapacidade, inutilidade que não era de interesse para governantes ou donos de indústrias, e abandonar e ignorar eram atitudes naturais.

No século XIX e início do século XX foram criadas instituições para atender os déficits mentais moderados e profundos.

Mas o foco era diminuir o incômodo e não atender suas especificidades e necessidades.

O atendimento educacional expandiu-se no Brasil, com a criação de entidades filantrópicas assistenciais destinadas à população das classes menos favorecidas.

Em 1994, em Salamanca, na Espanha, ocorreu a Conferência mundial de Educação Especial reafirmando o compromisso para com a educação para todos, reconhecendo as necessidades da educação para crianças, jovens e adultos com necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino.

Segundo a Declaração de Salamanca:

As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (UNESCO, 1994).

A Educação Especial no Brasil iniciou-se no século XIX, quando alguns brasileiros, inspirados por ações europeias e norte-americanas, se mobilizaram para implantação das ações com objetivo de atender pessoas com deficiências. No final do período Brasil colônia iniciou-se a história da educação especial no Brasil, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant criado no Rio de Janeiro pelo imperador D. Pedro II.

Em 1889, havia no país seis instituições de ensino atendendo deficientes físicos, auditivos e visuais, no entanto deficientes mentais continuavam isolados em instituições psiquiátricas. Em 1920 é que se tem uma preocupação com deficientes

mental por parte da sociedade Pestalozzi, com a criação da primeira instituição em caráter privado.

O movimento cresceu em 1962 onde foi criada a federação das APAES (Associação de Pais dos excepcionais), atualmente as APAES representam a maior movimento social do Brasil e do mundo, com mais de duas mil unidades implantadas.

A história da Educação Especial na fase inicial é caracterizada por comportamentos sociais de negligência ou maus tratos. As pessoas eram consideradas anormais, seja por preconceitos ou pela natureza da organização social em que vivem. A sociedade estigmatiza e marginaliza os que fogem aos padrões comportamentais, sendo pessoas incapazes. Hoje prevalece a ideia de respeito a diversidade e do direito a igualdade de oportunidade, sem discriminação ou privilégios.

No entrelaçamento da educação geral, da Educação Especial e da proposta de educação para todos, nas suas dimensões relacionadas às políticas públicas, à formação de professores e às práticas pedagógicas, que se inicia a discussão em torno dos desafios, das possibilidades e das ações para que se inicia a discussão educacional da pessoa com necessidades educacionais especiais. (FREITAS; PÉREZ, 2012, p.7).

A exclusão implica compreende-la em todo o seu sentido de etnia, cultura, valores/crenças, religiosas, classe social ou com necessidades especiais. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 58,

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

A fala em relação a exclusão social, leva muitos a um sentimento de rejeição e indiferença, produzidos pelo próprio imaginário social.

O que conceitua pessoas especiais, negros e mulheres é o imaginário social que cria mitos sobre cada uma das identidades. Em virtude dos mitos criados em

torno das deficiências e diferenças, antigamente algumas famílias optavam por escondê-los da sociedade e exterminá-los, as pessoas com diferenças. Atualmente, no mundo moderno se procura protegê-los.

Na verdade, o que se espera hoje é o foco no pedagógico, na inclusão, em que profissionais trabalhem com as capacidades e habilidades das pessoas portadoras de necessidades especiais. A sociedade deve ser aberta a todos e não segregar e apresentar barreiras a ninguém. (LOCATELLI; VAGULA, 2009, p.27).

O homem está em busca da identidade como cidadão e procura integrar-se na sociedade. No entanto, aqueles que são portadores de necessidades especiais ou que tenham qualquer outro problema, enfrentam muitas dificuldades, ficando a margem do convívio social, sendo primados de uma convivência social digna com os demais.

Conforme Hoffmann (2004) citada por Carvalho (2004), também fala sobre as diferenças:

Somos diferentes e essa é a nossa condição humana. Pensamos de jeitos diferentes, agimos de formas diferentes, sentimos com intensidades diferentes. E tudo isso por que vivemos e aprendemos o mundo de forma diferente. A questão não é se queremos ou não ser diferentes. Mas que como seres humanos, nossa dignidade depende substancialmente da diversidade, da alteridade [...], porque precisamos garantir o caráter subjetivo de nossa individualidade. (CARVALHO, 2004, p.11).

A educação inclusiva é um processo onde ocorre a participação de todos os alunos de ensino regular.

A escola inclusiva considera todos os seus alunos especiais, também entende que cada indivíduo é único e possui capacidades diferentes, ou seja, um aprende com mais facilidade e o outro tem mais dificuldade, um precisa de silêncio para se concentrar e o outro consegue se concentrar com barulho.

Carvalho (2004) cita o que seria educação inclusiva, o verdadeiro papel dela:

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. [...] não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias permanentes, apresentam dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento. (CARVALHO, 2004, p,29).

No decorrer do século XX avanços significativos foram conquistados, e hoje, no século XXI, vivemos a etapa do direito de ser diferente, de viver e conviver em sociedade sendo assim chamado de inclusão.

A educação inclusiva resgata valores de igualdade de direitos e procura mecanismos para combater a discriminação, pois se percebeu que as escolas não estavam tratando seus alunos de forma igualitária, mas sim excluindo alguns por serem mais pobres ou sofrerem deficiências, alguns alunos estavam sendo marginalizados do processo educacional.

O direito a igualdade de oportunidades e que defendemos enfaticamente, não significa um modo igual de educar a todos e, sim, dar a cada um o que necessita em função de seus interesses e características individuais. A palavra de ordem é equidade, o que significa educar de acordo com as diferenças individuais sem que qualquer manifestação de dificuldade se traduza sem impedimento à aprendizagem. (CARVALHO, 2004, p.35).

A educação é um processo de mudança contra qualquer tipo de subordinação e exploração, para isso acontecer a escola deve ser democrática. Se a escola tiver esse tipo de estrutura o aluno será um participante da vida pública. Porém, deve-se perceber que a discriminação não ocorre somente pela exclusão, o discurso de igualdade nos dias de hoje, propicia a própria discriminação do ponto de vista de ser tratada de modo diferente, como se a pessoa tivesse menos possibilidade e capacidade.

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não ajuda apenas os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos:

professores, famílias para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Os educadores das escolas democráticas sabem e reconhecem os limites do papel de uma escola perante as desigualdades existentes na sociedade, mas como visam a democracia em todas as instâncias, em que se aprende o respeito mútuo e da solidariedade.

O ser é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. É preciso restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos. (MORIN, 2004, p,15).

Atender a determinado aluno é estar atento a diversidade, é considerar a especificidade do indivíduo, analisar suas possibilidades de aprendizagem.

Freitas (2006, p.135) afirma: ‘Nessa perspectiva o conhecimento escolar e a realidade social devem ser indissociáveis’.

Atuação do educador deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno. A escola deve considerar a diversidade é o direito de todos os alunos realizar as aprendizagem fundamental para seu desenvolvimento e socialização.

O projeto educação: formação de professores para escola inclusiva tem como eixo articulador das ações planejadas e desenvolvidas a pretensão de mobilizar esforços para habilitar os profissionais da educação e os demais que participam do desenvolvimento organizacionais das escolas para atender o atendimento dos alunos na sua comunidade, atendendo, especialmente, àqueles que têm sido excluídos das oportunidades educacionais em virtude de suas necessidades educacionais especiais. (FREITAS, 2006, p.128).

A inclusão envolve a reestruturação das culturas, políticas e práticas das escolas precisam rever suas ações. Para incluir um aluno numa turma dita comum, precisam criar mecanismos que permitam que ele se integre social, educacional e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento.

A política de inclusão não consiste somente na permanência física desses alunos, mas sim, respeitar, valorizar a diversidade desse aluno.

3. DEFICIÊNCIA, FAMÍLIA E ESCOLA:

As famílias hoje querem o melhor para seus filhos e filhas. Os melhores professores, os melhores colegas, querem que seus filhos fiquem bem preparados para vida. Com o surgimento da inclusão das crianças no ensino regular algumas famílias tinham um pensamento que as escolas deveriam ser separadas, onde pessoas com um deficiência aprenderiam o que podem aprender, sem atrapalhar os outros. Mas com o tempo as famílias perceberam que as escolas tem a tarefa de ensinar os alunos a seres eles mesmos.

Isso inclui a definição de inclusão social, que pressupõe a possibilidade de se pensar uma sociedade para todos, com respeito à diversidade e atendimento às necessidades das majorias e minorias. Assim, por meio da mediação desse processo, pode-se concretizar a chamada sociedade inclusiva. (LOCATELLI; VAGULA, 2009, p.30).

Outra grande tarefa da escola é ensinar a conviver, com a variedade de seres humanos, velhos, adultos, crianças, das mais variadas raças, das mais variadas culturas, das mais variadas línguas. Conviver é viver bem em meio a tanta diversidade. E parte dessa diversidade são pessoas portadoras de alguma deficiência. Elas fazem parte do nosso mundo, elas tem direito de estar no mundo e tem o direito a felicidade.

De acordo com Jover (1999):

Estudantes com deficiência: aprendem a gostar da diversidade; adquirem experiência direta com as várias capacidades humanas; demonstram melhor aprendizado através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não; entendem que são diferentes, mas não inferiores. Estudantes sem deficiência: têm acesso a vários papéis sociais; perdem o medo e o preconceito em relação ao diferente; adquirem grande senso de responsabilidade e melhoram o rendimento escolar; são mais bem preparados para a vida adulta; assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano. (JOVER, 1999, p.13).

A inclusão das crianças com necessidades especiais nas escolas, vem aumentando. Porém, o assunto continua sendo um grande desafio para essas escolas, sejam elas públicas ou privadas. A inclusão vai além das modificações do espaço físico. É uma inclusão que envolve cada educador e toda a comunidade escolar. Começando pelo porteiro, pela direção e pelos próprios pais, não apenas pela crianças com necessidades especiais como também os pais das outras crianças. A aceitação das diferenças não deve ser apenas trabalhadas nas escolas, deve fazer parte da educação doméstica também.

Portanto, a Educação Inclusiva tem por princípio a valorização da diversidade humana em seus aspectos: culturais, sensoriais, étnicos, físicos, mentais. Hoje a inclusão não deve ser vista como algo conquistado, mas como direito de todos encontrarem as condições necessárias para seu desenvolvimento.

Segundo Hoffmann (2012):

Há necessidade, também, de ser criar espaço para que todas as pessoas que convivam com as crianças conversem sobre aspectos do seu desenvolvimento. Professores, diretores, supervisores, auxiliares, funcionários, nutricionistas, pais, etc., devem estar disponíveis para refletir sobre os interesses, as necessidades e as conquistas das crianças conversem sobre interesses, as necessidades e as conquistas das crianças no sentido de respeitá-las e compreendê-las em sua singularidade. (HOFFMANN, 2012, p.65).

Dessa forma, a Educação Especial, agora é um conjunto de conhecimentos, tecnológicos, recursos humanos e materiais didáticos que atuam na relação pedagógica para assegurar respostas educativas de qualidade as necessidades educacionais especiais.

4 PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A partir do processo de democratização as práticas educacionais evidenciaram inclusão e exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e são considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação naturalizando o fracasso escolar.

O desenvolvimento de escolas que recebem todas as crianças da comunidade, inclusive crianças com algum tipo de deficiência, demanda significativo grau de transformação na sua proposta pedagógica, e no funcionamento atual das escolas, a fim de atender a diversidade das necessidades educacionais dos alunos. (FREITAS, 2006, p.68).

A partir de uma visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania e o reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, inicia um processo de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdade.

Segundo a política educacional de Educação Especial, no Brasil, o atendimento as pessoas com deficiência teve início no império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto do Meninos Cegos, em 1854, atual instituto Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos. No século XX é fundado o Instituto Pestalozzi 1926, especializada no atendimento as pessoas com deficiência mental, em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE.

Ainda nas ideias, da Política educacional de Educação Especial em 1961, o atendimento educacional as pessoas com deficiência passa ser fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº.74.024/61, que aponta o direito dos excepcionais a educação, com preferência dentro dos sistemas geral de ensino. Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que proporciona ações educacionais voltadas as pessoas com deficiência e as pessoas com superdotação.

A constituição Federal de 1988 tem como objetivo promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

(Art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos. No artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art.208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90, artigo 55, determina que os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Em 1994, é publicado a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração instrucional, o acesso as classe comuns do ensino regular aqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades programadas do ensino comum.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, no artigo 59, que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades. O Plano Nacional de Educação Lei nº 10.172/2001, destaca a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistema de ensino favoreçam o atendimento as necessidades.

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

A inclusão das crianças com necessidades especiais nas escolas vem aumentando, porém o assunto está sendo um grande desafio para essas escolas. A inclusão vai além das modificações do espaço físico. A inclusão que envolve cada educador e toda a comunidade escolar começando pelo porteiro, pela equipe de direção e até pelos próprios pais, não apenas das crianças. A aceitação das

diferenças não deve ser trabalhada apenas na escola, deve fazer parte da educação doméstica também.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado. Gosto de ser gerente porque, como tal, percebo afinal que a construção da minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais. (FREIRE, 1996, p. 53).

O professor não precisa se tornar especialistas nas diferentes necessidades especiais que são apresentadas pelos seus alunos, mas é necessário que tenha uma grande sensibilidade e um olhar diferenciado para trabalhar os conteúdos curriculares com essas crianças e as outras.

5 CONCLUSÃO

A família é o primeiro contexto na qual a criança desenvolve padrões de socialização, ela se relaciona com todo o conhecimento adquirido durante sua experiência de vida primária que vai refletir na vida escolar. Sendo assim, o sucesso da tarefa da escola depende da colaboração familiar ativa.

A tarefa de ensinar não compete apenas a escola, porque o aluno aprende também, por meio da família, dos amigos, das pessoas que ele considera significativas, dos meios de comunicação, do cotidiano. É preciso que professores, família e comunidade tenham claro que a escola precisa contar com o envolvimento de todos.

É necessário que família e escola sejam responsáveis na caminhada da inclusão. Família e escola precisam criar, através da educação, uma forma para superar as suas dificuldades, construindo uma identidade própria atuando juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento pleno do aluno.

De modo geral conclui-se que a família é o primeiro e talvez o principal grupo em que vivemos. É nela que aprendemos a construir nossa individualidade e a autonomia. Assim, com certeza, as famílias que se mobilizam pelo sucesso de seus filhos cada vez mais envolvidos, participativas e se incluem na tomada de decisões. Sobre como ocorre o ensino de seus filhos, sobre os procedimentos que serão utilizados. A participação da família é decisiva no processo de integração é indispensáveis para que ele possa construir-se pessoalmente e socialmente. A escola, juntamente com a família, quer implementar as melhores estratégias de ensino-aprendizagem.

Assim, a inclusão das pessoas com necessidades especiais, é um processo cujo o sucesso depende da concorrência de múltiplos esforços e a participação de todos os envolvidos na sociedades, todos são responsáveis pela efetivação e sucesso de uma escola para todos.

A perspectiva de educação para todos é um grande desafio, pois a nossa realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional. O professor precisa reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, trabalhar diferentes potencialidades. O professor da escola inclusiva deve avançar em direção à diversidade. É necessário deixar de ser mero executor de currículos e de programas predeterminados, para se transformar em responsável

pela escolha de atividades, conteúdos ou experiências. Para tanto, é necessário conhecer as características individuais dos alunos especiais e as diferentes formas de manifestações por meio de observações que lhes permitam identificar as preferências e as suas limitações.

ABSTRACT

The inclusive education have become a challenge for educators, for school and for teachers to the attendants of regular education. Eacg individual is unique it has different capabilities. And like this the, article has with theme school and family: together in school diversity, by having problem: which horical and lawful implications the inclusion of persons with disability, considering the papel school and family? The theme justified the importance of study this to know with occurs social inclusion at school of people with special needs. It is necessary for schools, at families being prepared for include child in the teaching and learning process. The inclusion is questioned between educators for a new educational perspective. Or that is the school it is experiencing experiences of inclusion what favoring the learning and socialization of people with experiences in what the inclusion not happened in regular form. While educators up to us the commitment in reflect the inclusion possibilities, at which are discussed in this article

Keyword: School.Family.Inclusion. Diversity.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação- publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em 05-12-2012.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.dji.com.br/constituicao_federal Acesso em 03-12-2012.

BRASIL. **Ministério da Educação. Decreto 3298/99**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 06-06-2014

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em 05-12-2012

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental**. Documento introdutório. Nov., 1995

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: Com os pingos nos "is". Porto Alegre:Mediação, 2004, p. 29-35.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**: Salamanca, Espanha,1994.

.

FREITAS, Soraia Napoleão. **Diferentes contextos de Educação Especial/ inclusão social**. Santa Maria: Pallotti, 2006. 200 p.

FREITAS, Soraia Napoleão; PÉREZ, Susana Graciela. **Altas habilidades / superdotados atendimento especializado** / Soraia Napoleão Freitas. Marília: ABPEE, 2012. 2.ª edição. Revista e ampliada. 144 p.

FREIRE, Paulo **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexo sobre a criança**/Jussara Hoffmann. -Porto Alegre: Mediação, 2012.152 p.

HOFFMANN, Jussara. Prefácio: Inclusão: sonhar um sonho possível. In: CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

JOVER, Ana. Inclusão: qualidade para todos. **Revista Nova Escola**, São Paulo, p.13, jun.1999.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1996.

LOCATELI, Adriana Cristine Dias; VAGULA Edilaine. **Fundamentos Educação Especial: Pedagogia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários a Educação do Futuro** 3ª. Ed. São Paulo, Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2001

ROVER, Ardinete; PEREIRA, Débora Diersmann Silva. **Diretrizes para a elaboração de trabalhos científicos**.Joaçaba. Ed.Unoesc, 2013.

SAMPAIO, Cristiane T; Sampaio Sônia Maria R. **Educação Inclusiva o professor mediando para vida**. Salvador: EDUFBA, 2009.

TREVISOL, Joviles Vitório. **Diretrizes para elaboração de artigo científicos**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2009.